NORMAS ISO PARA GESTÃO DE DOCUMENTOS: uma introdução

Julianne Teixeira e Silva[1]

RESUMO

Organizações públicas e privadas têm intensificado, cada vez mais, a mediação de seus processos de trabalho pelas tecnologias ocasionando novas formas de criar, usar e manter documentos, os quais estão, gradativamente, passando da conformação material para uma complexidade digital. Normas internacionais para gestão de documentos estão diretamente relacionadas a esse entorno digital. A experiência com a docência na graduação em Arquivologia, especificamente com disciplinas envolvidas com a gestão de documentos, exige a atenção em temas dessa natureza e com isso foi possível observar uma carência na literatura relacionada às normas da *International Organization Standardization* (ISO). Nesse sentido este artigo tem objetivo didático, no sentido de introduzir o tema aos alunos de graduação em Arquivologia, bem como aos demais interessados nessa temática. As normas ISO para gestão de documentos encontram-se há mais de dezesseis anos em pleno debate no contexto internacional, ao passo que no Brasil a literatura a esse respeito é escassa ocasionando distanciamento de interessantes debates promovidos no contexto internacional, não apenas sobre as normas ISO para gestão de documentos, mas também sobre outros temas que estão diretamente relacionados com esse assunto, podendo citar: o *Records Continuum*, administração eletrônica, requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística, padrões de metadados, e demais temas que envolvem a gestão de documentos arquivísticos no entorno digital.

Palavras-chave: Gestão de Documentos. Norma internacional. *International Organization Standardization* (ISO).

1 INTRODUÇÃO

Existe, na atualidade, significativa quantidade de documentos normativos internacionais específicos à gestão documental. A primeira norma internacional para gestão de documentos foi publicada, pela primeira vez, em 2001 e em 2016 foi publicada uma nova edição revista e atualizada. No momento presente existe, não apenas uma, mas uma rede de normas técnicas arquivísticas de âmbito internacional que se entrelaçam, se reportam umas às outras e que, em determinadas circunstâncias, se relacionam, também, com normas

[1] Professora do curso de graduação em Arquivologia da Universidade Federal da Paraíba. Dra. em Ciência da Informação pelo PPGCI/UFPB.

(cc) BY-NC-ND

jurídicas, tecendo uma teia normativa que a cada dia se torna mais extensa, minuciosa, entretecida e por isso complexa.

As normas elaboradas no escopo da International Organization for Standardization (ISO), para gestão de documentos, estão diretamente relacionadas ao entorno digital. Tecnologias da informação e comunicação já se consolidaram ao cotidiano de modo que, chegam a ser imprescindíveis em algumas esferas sociais. Documentos arquivísticos, no âmbito das organizações públicas, privadas e do terceiro setor, estão passando da conformação material para uma complexidade digital. Essa situação já é uma realidade no Brasil onde, cada vez mais, processos de trabalhos estão, e são, mediados por tecnologias.

Esta é uma nova dinâmica, a qual requer padrões que sejam interoperáveis entre sistemas e aplicações informáticas. Nesse sentido estudos, projetos e teorias arquivísticas têm sido debatidos internacionalmente de modo veemente, a fim de dar sustentabilidade a essa nova realidade. Podendo citar, entre outros, a abordagem do *Records Continnum*[2] e os projetos InterPARES[3] e Pittsburgh[4].

A transição da materialidade dos suportes físicos para a complexidade do ambiente digital requer uma nova dinâmica no fazer arquivístico envolvendo seu aspecto teórico e aplicado. Os modelos, tradicionalista europeu e *records management* americano, são baseados na tangibilidade dos suportes físicos, portanto pouco adequados ao entorno digital.

Países do Pacífico Sul (em especial Austrália e Nova Zelândia) e Canadá são responsáveis por alguns dos projetos e estudos envolvendo novas possibilidades de organizar, gerenciar, representar e preservar documentos no ambiente digital. As normas

[2] *Records continuum:* Abordagem desenvolvida por pesquisadores australianos em que concebem a gestão integral dos documentos. Compreendendo o entorno digital e apoiando-se numa perspectiva antropológica, a gestão documental é unificada, não linear e contínua. Considerando o espaço-tempo (opera através do tempo e não no tempo) se estabelece em contextos dinâmicos em quatro dimensões, criar, capturar, organizar e pluralizar (UPWARD, 2005, p.197-222).

[3] InterPARES: Projetos de pesquisa internacional e multidisciplinar, dirigidos por Luciana Duranti, Professora na Universidade de British Columbia. Sobre preservação da integridade dos documentos digitals a longo prazo (DURANTI, 2005).

[4] Projeto *Pittsburgh*: projeto iniciado na década de1990, realizado pela Universidade de Pittsburgh, sob a direção do Professor Richard J. Cox. Desenvolveu e testou um conjunto de requisitos funcionais de documentos e sua aplicabilidade em sistemas digitals (ERLANDSSON, 1997, p.32).

(cc) BY-NC-ND

ISO para gestão de documentos tratam deste contexto e vêm se destacando internacionalmente.

Nesse sentido, é perceptível (com um rápido olhar no site da ISO), que o tema encontra-se há mais de dezesseis anos em pleno debate no contexto internacional, ao passo que no Brasil a produção por parte da comunidade arquivística nacional é rarefeita, o que nos distancia de interessantes debates promovidos no contexto internacional, não apenas sobre as normas ISO para gestão de documentos, mas também dos demais temas que estão diretamente relacionados com esse assunto podendo citar o *Records continuum,* a administração eletrônica, requisitos para sistemas informatizados, dentre outros. Diante disso, entende-se que quanto mais tardiamente a arquivística brasileira se envolver com esse escopo normativo, mais complexo e menos "palatável" ele se tornará.

2 NORMAS TÉCNICAS INTERNACIONAIS PARA GESTÃO DE DOCUMENTOS: O PAPEL DA INTERNATIONAL STANDARDZATION ORGANIZATION (ISO)

O contato com instrumentos normativos técnicos e jurídicos é uma demanda intrínseca da arquivística. A heterogeneidade social enredada pelas tecnologias exige, cada vez mais, orientações normativas em seus diversos segmentos, regulando comportamentos e estruturas, não apenas dos indivíduos, mas também das coisas. Na especificidade do contexto arquivístico verifica-se um estímulo internacional nessa direção. Indolfo (2008) indica que a crescente orientação normativa da ordem informacional está cada vez mais associada à lógica produtiva, não apenas à ordem do capital, mas também, da disponibilidade e acessibilidade das informações.

No contexto arquivístico, esta orientação normativa tem se estabelecido em duas direções básicas, uma jurídica e outra técnica. Direções essas que não se distanciam, ao contrário estão cada vez mais entrelaçadas e dependentes uma da outra.

As **normas jurídicas** propiciam sustentabilidade legal e, de certo modo, atribuem empoderamento ao trabalho arquivístico, como acontece, por exemplo, no caso da Lei 8.159/1991. Exemplificando esta afirmativa, Jardim (2015), menciona outra norma jurídica,

(cc) BY-NC-ND

a Lei de Acesso à Informação (LAI) na observância de que essa lei pode favorecer a qualificação e visibilidade das unidades de gestão arquivística e que, para tanto, "requer a oferta de serviços arquivísticos coadunados com as políticas e ações de implementação da LAI."

Desse modo, é possível compreender que a legislação arquivística se compõe por um conjunto de normas jurídicas que dizem respeito a direitos e deveres, bem como às suas práticas, instituições, profissionais e suas relações com o contexto social.

Além das normas jurídicas, a arquivística tem recorrido, cada vez mais, ao desenvolvimento de **normas técnicas**. Esse fato requer a compreensão de suas distinções e aproximações. Embora os limites entre ambas, por vezes, sejam tênues. A aproximação entre normas jurídicas e normas técnicas é conhecida e experimentada por áreas como a saúde, meio-ambiente e segurança, bem como tem sido vivenciada no contexto arquivístico de muitos países, onde normas jurídicas trazem aportes técnicos de forte aplicabilidade prática. Em outras vezes normas técnicas possuem peso regulamentário e em outros momentos observa-se remissivas normativas nas duas direções, isto é, normas jurídicas que se reportam às normas técnicas e normas técnicas que se estabelecem por meio de imperativo jurídico.

Considerando o conceito de norma técnica da Associação Brasileira de Normas Técnicas (2014) e da International Organization for Standardization (2011)[5], somando ainda argumentos com os processos de elaboração de uma norma técnica nas instâncias nacionais e internacionais, será designado neste trabalho, com efeito de orientação geral, que norma técnica é um documento resultado de processo de consenso contendo regras, diretrizes ou características de atividades ou de seus resultados, assentado por um organismo reconhecido onde as partes interessadas podem colaborar, sendo estruturadas por estudos consolidados, oriundos da pesquisa científica, tecnológica e boas práticas, objetivando o uso comum e repetitivo, visando à obtenção de um grau ótimo de ordenação em determinado contexto e tendo em vista os benefícios à sociedade.

[5] ISO e ABNT operam com a mesma definição de norma: *"documento, estabelecido por consenso e aprovado por um organismo reconhecido, que fornece, para uso comum e repetitivo, regras, diretrizes ou características para atividades ou seus resultados, visando à obtenção de um grau ótimo de ordenação em um dado contexto*".

(cc) BY-NC-ND

Normas Internacionais, como as elaboradas sob a responsabilidade da ISO e do Conselho Internacional de Arquivos (CIA), embora não sejam compulsórias, requerem o esforço de expressar elementos que se apliquem (ou que sejam adaptáveis) às **diversidades** continentais. O processo de elaboração de normas técnicas nacionais, regionais e internacionais, além da diversidade cultural, lidam com o óbice do **consenso.** Seja ele técnico, teórico ou de boas práticas. Discussões que envolvem padrões consensuais são pontos que requerem mais articulações e mediações em sua preparação. Contudo, no processo de elaboração de normas técnicas internacionais, o consenso não deve ser confundido com unanimidade.

Situando historicamente o tema, pode se afirmar que o estabelecimento de diretrizes internacionais para a gestão de documentos surge com a criação do *Records and Archives Management Programme*[6] (RAMP) em 1979, pelo CIA. O RAMP desenvolveu relevantes projetos e estudos em gestão documental, estes estudos não chegaram a ter caráter normativo, mas exerceram forte influência internacional. No momento atual, o próprio CIA entende que a transição do ambiente baseado em suportes físicos para o digital está acontecendo em um ritmo muito rápido. Atualmente o *International Council on Archives* (2009) afirma que

> O CIA não pode estar envolvido em desenvolvimentos e projetos específicos ou locais na área de gestão de documentos que estão acontecendo em cada país ou instituição, mas em um nível superior tem um papel importante de identificar e apoiar as abordagens mais inovadoras ou desenvolvimentos importantes iniciados por membros específicos e, posteriormente, agir como mediador em torná-los disponíveis para outros membros para que possam usá-los.(Tradução nossa)[7].

[6] Os projetos do RAMP tiveram profícuo desenvolvimento nas décadas de 1980 e 1990.

[7] Tradução nossa do original: "The ICA cannot be involved in the specific or local developments and projects in the area of recordkeeping that are happening in each country or institution, but at a higher level it has an important role to identify and support the most innovative approaches or important developments initiated by specific members, and subsequently act as a mediator in making them available for other members so they could use them and help in strengthening their position" (ICA, 2009).

(cc) BY-NC-ND

Nesse sentido, a primeira norma internacional para gestão de documentos, no âmbito da ISO, veio a público pelo trabalho de investigação acadêmica e de boas práticas iniciado na Austrália, aprimorado por um comitê técnico da ISO, teve sua primeira versão publicada em 2001.

A *International Organization for Standardization* (ISO) é uma organização internacional de normalização que fornece padrões para negócios, governo e sociedade. Com sede em Genebra, Suíça, tem seus trabalhos orientados no sentido de atender às três dimensões do desenvolvimento sustentável: econômico, ambiental e social.

Segundo a *International Organization for Standardization* (2012), a organização possui uma adesão de 164 organismos nacionais de normalização, em todos continentes. Esses membros nacionais são os principais organismos de normalização em seus países e há apenas um membro por país. No Brasil o órgão membro da ISO é a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

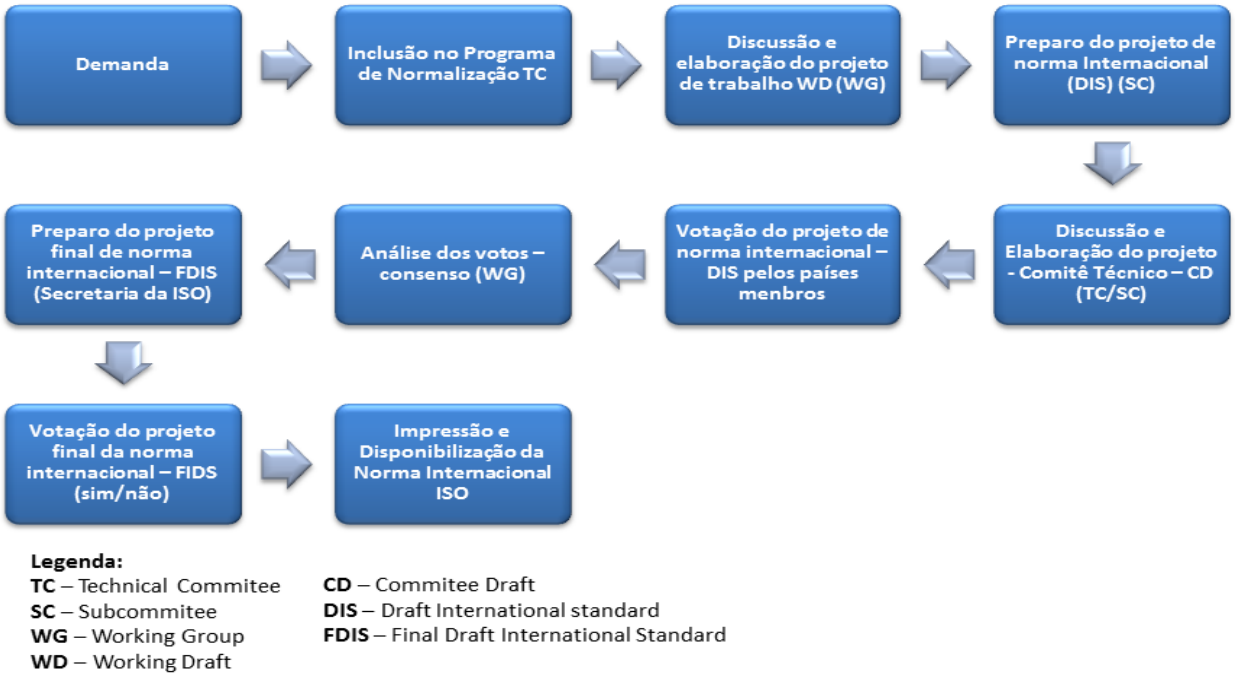
Desde 1947 a ABNT é um membro efetivo da ISO. Conforme esclarece International Organization for Standardization (2015), os membros efetivos possuem influência no desenvolvimento de normas, participação estratégica e voto em reuniões técnicas e políticas ISO. É também concedida aos membros efetivos a venda e adoção das normas internacionais ISO nacionalmente.

O processo de elaboração de uma norma ISO e sua publicação como norma internacional requer, segundo Núñes Fernández (2007, p.22) uma prévia aprovação de, ao menos, 75% dos organismos membros que possuem direito ao voto.

A fim de apresentar de forma objetiva, o processo de elaboração de normas ISO a figura 1 apresenta o fluxo das principais etapas.

(cc) BY-NC-ND

Figura 1: Etapas básicas do processo de elaboração de norma ISO



Fonte: Adaptado de CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, (2002, p.47)

As normas ISO são adotadas voluntariamente, cabendo aos seus membros a decisão de empregar ou não uma norma como nacional. Quando a Associação Brasileira de Normas Técnicas adota uma norma ISO, utiliza a designação NBR ISO antecedendo seu respectivo número de identificação.

3 A ELABORAÇÃO DAS NORMAS ISO: O CASO ESPECÍFICO DA ISO 15489

O desenvolvimento de normas ISO é de responsabilidade de expertos em determinados assuntos e possui estágios com prazos pré-estabelecidos. Segundo Núñes Fernández (2007, p.21), os órgãos técnicos da ISO diretamente responsáveis pela criação, publicação e revisão das normas técnicas são os **Comitês Técnicos**.

Os chamados comitês técnicos são integrados por expertos e técnicos na matéria de seu respectivo comitê e são identificados com a sigla TC (*Technical Committee*) seguida do número que identifica o âmbito de competência do comitê técnico e os termos que

(cc) BY-NC-ND

resumem esse âmbito. Como por exemplo, o comitê técnico ISO/**TC 46** - *Information and documentation.*

Comitês técnicos contam com subcomitês, grupos de trabalho e coordenação de grupo entre outras estruturas que podem ser implementadas ou recrutadas por demandas específicas ou pelo volume de trabalhos do comitê.

O Comitê 46 está direcionado à padronização das práticas relativas às bibliotecas, centros de documentação e informação, publicações, arquivos, gestão de documentos, documentação, museu, e ciência da informação, serviços de indexação e abstracts. Possui, atualmente, cinco **subcomitês**, a saber:

a) ISO/TC46/SC4 de interoperabilidade técnica;
b) ISO/TC46/SC8 de qualidade – estatística e avaliação de desempenho;
c) ISO/TC46/SC9 de identificação e descrição;
d) ISO/TC46/SC10 de requisitos para a conservação, armazenamento e preservação de documentos e o
e) ISO/TC46/**SC11** gestão de documentos e arquivos.

No escopo deste trabalho não cabe detalhar os comitês técnicos ou as funções e atribuições de cada um dos subcomitês e grupos de trabalhos. Dessa maneira a descrição sobre elaboração de normas técnicas será aqui exemplificada e relatada a partir do caso específico da primeira norma ISO para gestão documental, a norma ISO 15489:2001.

A norma ISO 15489 foi elaborada pelo **subcomitê 11**, que trata da gestão de documentos e arquivos. Subcomitês, contam com **grupos de trabalho** (WG – *Work Groups*). Atualmente o subcomitê 'Gestão de Documentos e Arquivos' conta, com 13 grupos de trabalho, sendo o ISO/TC46/SC11/**WG13** responsável pela revisão e atualização da norma ISO 15489:2001, que foi publicada em abril de 2016.

A primeira versão da norma estava estruturada em duas partes:

ISO 15489-1 Informação e documentação - Gerenciamento de Registros: Parte 1: Geral,

(cc) BY-NC-ND

ISO / TR 15489-2 Informação e documentação - Gerenciamento de Registros: Parte 2: Guia Prático.

A versão de 2016 contempla apenas uma parte e trouxe, obviamente, acréscimos conceituais em que se pode mencionar, dentre outros, a ideia de documento como evidencia (de origem do *Records Continuum*) e análise de riscos em sistemas de gestão de documentos.

Segundo Gasiorowski-Denis (2016), a norma aborda o conceito de "documento" sob uma perspectiva diferenciada não mais limitando-o á sua noção arquivística tradicional, mas entendendo que dados, documentos e outras formas de informação requerem contextualização adequada e consequentemente a necessidade de serem gerenciados ao longo do tempo.

Conhecer a trajetória da ISO 15489 é relevante para o contexto deste trabalho, uma vez que a norma tem sua fundamentação teórica baseada numa corrente arquivística pouco conhecida no Brasil. Corroborando com esta hipótese, Marques (2011), em sua pesquisa sobre as interlocuções entre a Arquivologia nacional e internacional constata que há uma lentidão na Arquivologia brasileira em acompanhar o ritmo internacional. Dessa maneira destaca em sua pesquisa:

> Pontuamos que se trata, em linhas gerais, de um acompanhamento tardio do pensamento arquivístico internacional, porque não identificamos autores australianos no nosso mapeamento. Sabemos que a Austrália tem, ultimamente, avançado e contribuído para o desenvolvimento da teoria arquivística, sobretudo em relação aos desafios decorrentes da descontextualização da informação trazida pelos registros digitals. A ausência desses autores no universo pesquisado pode indicar algumas lacunas teóricas na Arquivologia brasileira (MARQUES, 2011, p.264).

A primeira norma ISO para gestão de documentos tem sua gênese a partir da corrente aquivística australiana. Dessa maneira acredita-se que a comprovação da pouca incursão brasileira no campo das normas ISO para gestão documental pode, também, justificar o distanciamento da corrente australiana.

(cc) BY-NC-ND

4 RECORDS CONTINUUM, MODELO DIRKS E NORMA AS4390: BASES AUSTRALIANAS DA ISO15489

No início da década de 1990 foi estabelecido no órgão normalizador australiano, o *Standards Australia*, um comitê técnico para preparar uma norma técnica para gestão de documentos. Este comitê trabalhou por seis anos até que a AS 4390 foi publicada em 1996.

Nesse mesmo período, o arquivo nacional australiano estava trabalhando na elaboração de uma metodologia para desenvolvimentos de sistemas de gestão de informação conhecida como *Designing and Implementing Recordkeeping Systems* (DIRKS) que foi absorvida pela norma AS4390. Nessa mesma época, acadêmicos e experientes arquivistas australianos trabalhavam juntos investigando correntes, práticas e projetos arquivísticos internacionais e nacionais, no intento de encontrar um caminho que respondesse à demanda de organização e preservação de documentos digitais. Nesse sentido Cumming (2013) relata que

> Significativos pensadores da gestão de documentos, tais como Bearman, McKemmish, Upward e Hurley estavam começando a questionar sobre, o como e por que nós criamos e mantemos documentos. Foi neste ambiente, onde se estava desconstruindo e redesenhando a gestão de documentos que nasceu a AS 4390[8]. (tradução nossa).

Dessa maneira a norma australiana para gestão de documentos está permeada por novas formas de compreender e organizar os documentos no quadro da "transacionalidade" digital e dos "contextos" impactados pelas tecnologias[9].

---

[8] "Significant recordkeeping thinkers such as Bearman, McKemmish, Upward and Hurley were beginning to question how and why we make and keep records. It was in this environment, where recordkeeping was being deconstructed and redesigned, that AS 4390 was born" (Cumming, 2013).

[9] Os conceitos de transacionalidade e contextualidade são desenvolvidos na teoria do Records Continnum. São conceitos desdobrados sob um olhar sócio-antropológico considerando o entorno tecnológico. Sue McKemmish (que é um dos nomes responsáveis pelo desenvolvimento teórico do *Records Continnum*) esclarece que a transacionalidade se define nas muitas formas de interação e relações humanas que são documentadas nos registros, de todos os tipos e em todos os níveis de agregação. Ao conceito de contextualidade concerne os ricos, complexos e dinâmicos contextos do registro que são o social, o funcional, de procedência, de criação e gestão documental ao longo do espaço-tempo. (MCKEMMISH , 2005)

(cc) BY-NC-ND

A partir de suas pesquisas e boas práticas, a corrente arquivística australiana vem se despontando no cenário internacional. Dentre suas atuações, além da proposta da ISO 15489, destacam-se colaborações efetivas com o Conselho Internacional de Arquivos e com o Projeto InterPARES, bem como da concepção da teoria do *Records Continuum*.

O Arquivo Nacional Australiano endossa a norma e a Nova Zelândia também adota o padrão AS 4390. Cumming (2013) cita uma pesquisa em que apresenta o dado de que 85% dos órgãos governamentais australianos passam a adotar o padrão AS 4390 para gerenciar seus documentos digitais. Diante do êxito, a norma foi proposta à *International Organization for Standardization* como padrão internacional, sendo objeto de intensos trabalhos do subcomitê ISO/TC46/SC11.

Sob a observação do Conselho Internacional de Arquivos e do *International Records Management Trust*, profissionais de diversos países, entre divergências terminológicas, acordos e desacordos, enfrentaram o desafio do consenso. Nessa direção e superando os desafios foi publicada em 2001 a primeira norma internacional para gestão de documentos a ISO 15489.

5 NORMAS ISO PARA GESTÃO DOCUMENTAL: PROFUSÃO E ESPECIFICIDADES TÉCNICAS

Após a publicação da ISO 1589, se instala uma profusão de instrumentos de padrão ISO relacionados à gestão documental no entorno digital.

O comitê técnico 46, pelo seu subcomitê 11 são os principais responsáveis por normas de gestão documental. O quadro 1 mostra cronologicamente algumas normas elaboradas pelo ISO/TC46/SC11.

(cc) BY-NC-ND

Quadro 1: Normas ISO elaboradas pelo Subcomitê ISO/TC46/SC11

Normas ISO elaborados pelo Subcomitê 11 (ISO/TC46/SC11)
ISO 15489-1:2001 – Information and documentation -- Records management -- Part 1: General
ISO/TR 15489-2:2001 - Information and documentation -- Records management -- Part 2: Guidelines
ISO 22310:2006 - Information and documentation -- Guidelines for standards drafters for stating records management requirements in Standards
ISO 23081-1:2006 - Information and documentation -- Records management processes -- Metadata for records -- Part 1: Principles
ISO/TR 26122:2008 - Information and documentation -- Work process analysis for records
ISO 23081-2:2009 - Information and documentation -- Managing metadata for records -- Part 2: Conceptual and implementation issues
ISO/TR 13028:2010 - Information and documentation - Implementation guidelines for digitization of records
ISO 16175-1:2010 - Information and documentation -- Principles and functional requirements for records in electronic office environments -- Part 1: Overview and statement of principles
ISO 16175-3:2010 - Information and documentation -- Principles and functional requirements for records in electronic office environments -- Part 3: Guidelines and functional requirements for records in business systems
ISO 16175-2:2011 - Information and documentation -- Principles and functional requirements for records in electronic office environments -- Part 2: Guidelines and functional requirements for digital records management systems
ISO/TR 23081-3:2011 - Information and documentation -- Managing metadata for records -- Part 3: Self-assessment method
ISO 30300:2011 – Information and documentation -- Management systems for records -- Fundamentals and vocabulary
ISO 30301:2011 - Information and documentation -- Management systems for records – Requirements
ISO 13008:2012 - Information and documentation -- Digital records conversion and migration process
ISO/TR 17068:2012 - Information and documentation - Trusted third party repository for digital records
ISO/TR 18128:2014 - Information and documentation - Risk assessment for records processes and systems
ISO 30302:2015 - Information and documentation – Management systems for recorsds – Guidelines for implementation
ISO 15489-1:2016 - Information and documentation – Records management – part 1; Concepts and principles.

Fonte: Site da *International Organization for Standardization*

Além do quadro de normas em vigor, o Subcomitê 13 está, no momento, envolvido com a elaboração de novas normas como a ISO/DIS 17068 que trata de repositórios de

(cc) BY-NC-ND

documentos eletrônicos confiáveis de terceiros (ISO/DIS 17068 Information and documentation – Trusted third party repositor for digital records) e a ISO/NP TR 21965 que trata da gestão de documentos na arquitetura corporativa (ISO/NP TR 21965 Information and documentation – records management in entrerprise architecture).

Relevante mencionar que, no contexto da ISO, o comitê técnico 46 e seu subcomitê 11, não são os únicos envolvidos com a gestão documental. Outros comitês técnicos elaboram normas que envolvem a temática da gestão documental, em sua maioria em parceria ou em colaboração com o TC46. Podemos citar, por exemplo, o TC171 de "Aplicações para Gestão de Documentos" que tem em seu escopo a padronização de tecnologias e processos que envolvem a captura, indexação, armazenamento, recuperação, distribuição, comunicação, apresentação, migração, troca, preservação, manutenção da integridade e da eliminação no campo de aplicações de gestão de documentos. Este TC esteve por muito tempo direcionado à microfilmagem e tem agora seu escopo voltado para gestão de documentos na forma micrográfica e eletrônica.

O cenário da normalização técnica convive com a prática (fundamental) da remissiva entre normas, ou seja, existe uma ação "normalizante" em cadeia, que se interliga, no sentido de que as normas seguem um fluxo em que consideram e/ou se amparam umas às outras e dessa maneira as normas vão se intercomunicando, tecendo trajetórias padronizadas, entre si, com graus de especificidade cada vez maiores.

A esse respeito Bonal Zazo (2014) assegura que existe forte relação entre as normas, no caso das normas arquivísticas. O autor menciona como exemplos de temas recorrentes em diferentes normas, a análise de processo, análise das funções, metadados, processos de gestão documental.

Normas técnicas são instrumentos dinâmicos, e são permanentemente avaliados. Quando necessário, são atualizadas ou até mesmo perdem a vigência. Esse processo dinâmico de gerenciamento das normas ISO faz com que essa interconexão normalizadora aconteça permanentemente provocando, inevitavelmente, o aumento do grau de especificidade técnica.

(cc) BY-NC-ND

Dessa maneira, verificam-se múltiplas aproximações entre normas técnicas de áreas afins ou até mesmo de áreas consideravelmente distintas. Como no caso da norma ISO14721 de responsabilidade do TC20 de "Aeronaves e Veículos Espaciais". A ISO14721 é a norma que trata do modelo OAIS (*Open Archives Information System*). O Modelo OAIS que é bastante conhecido no âmbito da arquivística é de responsabilidade do subcomitê 13 (ISO/TC20/SC13) que trata de normas sobre "Dados espaciais e sistemas de transferência de informações".

Além da interconexão e remissiva entre padrões ISO, observa-se que arquivistas e instituições arquivísticas se deparam com uma demanda de inter-relação normativa internacional, que se refere a determinadas ações de integração e harmonização de normas técnicas de diferentes órgãos. Como por exemplo, a harmonização entre a ISO 23081(que trata da gestão de metadados) com a ISAD(G).

Bustelo Ruesta (*s.d.*, p.20) levanta um questionamento a esse respeito.

> Considerando a necessidade de confluência normativa, muitos profissionais estão se perguntando como podem combinar essas normas (ISO23081 e ISAD), ou qual deve prevalecer sobre a outra. Partindo do interlocutor que formula a pergunta as respostas são múltiplas e variadas[10].

Considerando o entorno digital, o atual contexto arquivístico parece se distanciar da "manualização", ficando cada vez mais envolto por instrumentos técnicos normativos de âmbito internacional. Não apenas pelo volume de normas ISO e do Conselho Internacional de Arquivos, mas também por ponderar que o quadro vem se firmando em outros órgãos internacionais, regionais e nacionais[11]. Com perspectivas de que esse cenário normativo se amplie nos próximos anos.

[10]Tradução nossa do original "Tomando en consideración esta necesidad de confluencia normativa, muchos profesionales se preguntan cómo se pueden compaginar estas normas (ISO 23081 e ISAD), o cuál debe prevalecer sobre la otra. Las respuestas son múltiples y diversas según el interlocutor al que se le haya formulado la pregunta." Bustelo Ruesta (*s.d.*, p.20).

[11]Como exemplo de demais níveis de instrumentos normativos arquivísticos elaborados por outros órgãos podem ser citados ISAD(G) e suas complementares, MoReq 2010, DoD 5015, *Encoded Archival Description*, *IcaReq* (que posteriormente foi publicado como norma ISO 16175:2011).

(cc) BY-NC-ND

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Normas técnicas internacionais para gestão de documentos estão, diametralmente, direcionadas ao entorno digital e encontram-se há mais de dezesseis anos em pleno debate no contexto internacional ao passo que, na literatura arquivística nacional há um hiato sobre esse tema.

Este hiato distancia o Brasil de interessantes debates promovidos no contexto internacional, não apenas sobre as normas ISO para gestão de documentos, mas também dos demais temas que estão diretamente relacionados com esse assunto.

Embora o quadro geral seja o da pouca literatura, é justo mencionar aqui o trabalho da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE) do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ que, neste sentido, vem desenvolvendo importantes trabalhos e munindo a Arquivologia Brasileira com informações e padrões do entorno digital. Bem como a recente publicação das normas NBR ISO 10789:2016 – Sistemas espaciais – Gestão da informação e documentação, NBR ISO 30300:2016 – Informação e documentação - Sistemas de Gestão de documentos de arquivo – Fundamentos e vocabulário e da norma NBR ISO 30301:2016 Informação e documentação - Sistemas de Gestão de documentos de arquivo – Requisitos.

Contudo cabe o alerta à comunidade arquivística sobre o esforço necessário de acompanhar as discussões internacionais, não no sentido de absorver acriticamente os estudos e práticas estrangeiras, mas sim de acompanhar as visões desenvolvidas no exterior como meio de subsidiar pesquisas brasileiras, desenvolvidas a partir de seus próprios delineamentos, adaptações e aprimoramentos, respeitando suas realidades científicas, sócio-econômicas e particularidades culturais e assim não apenas se inteirar dos temas e discussões mundiais, mas potencializar colaborações teóricas e de boas práticas no contexto internacional.

(cc) BY-NC-ND

ISO STANDARDS FOR DOCUMENT MANAGEMENT: AN INTRODUCTION

ABSTRACT

Public and private organizations have intensified mediation of their work processes by technologies, resulting in new ways of creating, using and maintaining documents, which are gradually shifting from material conformation to digital complexity. International standards for document management are directly related to this digital environment. The experience with teaching in the graduate in Archivology, specifically with disciplines involved the document management, requires attention of this nature and with this it was possible to observe a gap in the literature under of the International Organization Standardization (ISO). This article has a didactic purpose, of introducing the subject to graduate students in Archivology, as well to the other interested in this subject. ISO standards for document management have been in the forefront of debate for more than 16 years in the international context, while in Brazil the literature on this subject is scarce, distancing itself from interesting debates promoted in the international context, not only on ISO standards For document management, but also on other topics that are directly related to this subject, such as: Records Continuum, electronic administration, requirements for computerized archival management systems, metadata standards, and other topics that involve the management of archival documents in the digital environment.

Keywords: Document Management. International standard. International Organization Standardization (ISO).

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Normalização***:* Definição. São Paulo. 2014. Disponível em: <http://www.abnt.org.br/normalizacao/o-que-e/o-que-e>. Acesso em: 28 abril de 2015.

BONAL ZAZO, José Luis. *Las normas internacionales para la gestión documental*. IN: Seminario Internacional Sobre Gestión de Información y Transparencia, 2. 2014, México: Instituto Nacional de Acceso a la Información y Protección de Datos (IFAI). 2014. (Versión Estenográfica del Conversatorio). Disponível em: <http://eventos.ifai.org.mx/SeminarioInternacionalGIT/images/VersionesEstenograficas/ConversatorioNormas.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2015.

BUSTELO RUESTA, Carlota. **Normas técnicas y estándares relacionados con la gestión documental.** Barcelona: Universitat Oberta de Catalunya. [*s.d.*].

(cc) BY-NC-ND

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Normalização**: conhecendo e aplicando na sua empresa. 2. ed. Brasília, 2002.

CUMMING, Kate. **Evolution and Requirements of ISO 15489**. Wellington. 2003. Disponível em: < http://archives.govt.nz/sites/default/files/katec-03-10.pdf> Acesso em: 02 maio 2015.

DURANTI, Luciana. The long-term preservation of accurate and authentic digital data: the interpares Project. **Data Science Journal**, v. 4, Oct. 2005.

ERLANDSSON, Alf. **Electronic records management: a literature review**. Paris.: International Council on Archives, 1997.

GASIOROWSKI-DENIS, Elizabeth. Records management in the digital age. **News from ISO**. Apr. 2016. Disponível em: <http://www.iso.org/iso/home/news_index/news_archive/news.htm?refid=Ref2072>. Acesso em: 08 jul. 2016.

INDOLFO, Ana. Celeste. O uso das normas arquivísticas no Estado brasileiro: uma análise do Poder Executivo Federal. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 2008, São Paulo, SP. **Anais**... São Paulo, SP: Senac / São Paulo, 2008.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. **Why a digital recordkeeping programme?** 2009. Disponível em: <http://www.ica.org/9079/digital-recordkeeping-programme/digital-recordkeeping-programme.html>. Acesso em: 15 mar. 2015.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **ISO/IEC Directives Part 2:** rules for the structure and drafting of International Standards. Genebra, 2011.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **ISO members.** Genebra: ISO. [2015]. Disponível em: <http://www.iso.org/iso/home/about/iso_members.htm> Acesso em: 10 fev. 2015.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **Standards:** whats the bottom line? Genebra: ISO. 2012.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **What are standards?** Genebra: ISO. 2014. Disponível em: <http://www.iso.org/iso/home/standards.htm>. Acesso em: 10 fev. 2015.

JARDIM, José Maria. De que falamos quando falamos em políticas arquivísticas? Percepções sobre políticas arquivísticas no Poder Executivo Federal**. Ciência da Informação**, v. 42, n. 1,

(cc) BY-NC-ND

jan. 2015. Disponível em: <http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/2260/1877>. Acesso em: 14 abr. 2015.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha. **Interlocuções entre a Arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil.** 2011. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília. 2011.

MCKEMMISH, Sue. Traces: document, record, archive, archives. In. MCKEMMISH, Sue; et al. **Archives: recordkeeping in society.** Wagga Wagga: Charles Sturt University, Centre for Information Studies. 2005. p.01-20.

NÚÑEZ FERNÁNDEZ, Eduardo. **Archivos y normas ISO.** Gijón: Ediciones Trea, 2007.

UPWARD, Frank. The records continuum. In. MCKEMMISH, Sue; et al. **Archives:** recordkeeping in society. Wagga: Charles Sturt University, Centre for Information Studies. 2005. p.192-222.

(cc) BY-NC-ND